

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Expresso Nepomuceno S.A.  
Lavras - MG

### Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Expresso Nepomuceno S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Expresso Nepomuceno S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

#### Investimentos não auditados

As demonstrações contábeis das controladas diretas "EMPES - Empreendimentos Imobiliários, Pilares do Brasil Indústria e Comércio Ltda. e LOGINEP - Logística, Serviços e Comércio de Petróleo Ltda." referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes. Conseqüentemente, não temos como opinar e por isso não opinamos sobre tais demonstrações, assim como os possíveis efeitos que poderiam trazer sobre o resultado e a posição patrimonial e financeira da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individual e consolidada do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas Demonstrações do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 04 de abril de 2019.

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo					Passivo e patrimônio líquido						
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.668	5.616	13.203	7.031	Empréstimos e financiamentos	10	72.218	43.038	72.218	43.040
Contas a receber de clientes	4	114.009	101.534	116.470	104.118	Fornecedores	11	51.516	27.764	50.991	28.224
Estoques	5	23.695	13.003	24.037	13.364	Salários e encargos sociais	12	20.240	20.646	20.443	20.855
Impostos a recuperar	6	11.837	4.631	11.839	4.636	Obrigações fiscais	13	10.511	14.198	10.593	14.457
Outras contas a receber		11.254	3.354	16.160	8.425	Outras contas a pagar		16.951	13.512	16.990	13.537
		173.463	128.138	181.709	137.574			171.436	119.158	171.235	120.113
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>						
Aplicações financeiras de longo prazo	3	2.610	-	2.610	-	Fornecedores		11.100	-	11.100	-
Impostos a recuperar	6	28.761	17.446	28.761	17.446	Empréstimos e financiamentos	10	153.758	82.059	153.829	82.059
Depósitos judiciais	7	8.817	8.362	8.817	8.361	Obrigações fiscais	13	60.822	63.912	60.822	63.912
Outros ativos não circulantes		3.703	1.776	3.703	1.776	Provisão para contingências	14	10.993	14.702	10.993	14.702
		43.891	27.584	43.891	27.583	Passivo fiscal diferido	20	43.962	38.037	49.879	43.954
						Partes Relacionadas		11.118	9.552	11.118	9.572
								291.753	208.262	297.741	214.199
<b>Investimentos</b>					<b>Patrimônio líquido</b>						
Imobilizado	9	296.934	201.065	317.068	221.286	Capital social	15a.	66.374	66.374	66.374	66.374
Intangível		1.647	1.657	1.647	1.657	Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexa		11.370	11.370	11.370	11.370
		320.190	224.501	318.715	222.943	Prejuízos acumulados	15b.	(3.389)	(24.941)	(3.389)	(24.941)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		74.355	52.803	74.355	52.803
						Participação de não controladores		-	-	984	985
								74.355	52.803	75.339	53.788
<b>Total do ativo</b>		<b>537.544</b>	<b>380.223</b>	<b>544.315</b>	<b>388.100</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>537.544</b>	<b>380.223</b>	<b>544.315</b>	<b>388.100</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receitas operacionais líquidas	16	577.820	497.452	595.217	520.405
Custo dos serviços prestados	17	(461.313)	(400.435)	(475.790)	(421.367)
Lucro bruto		116.507	97.017	119.427	99.038
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e comerciais	17	(60.039)	(53.869)	(62.678)	(54.978)
Despesas tributárias	18	(3.440)	(1.685)	(3.441)	(1.799)
Despesas tributárias PERT		7.182	(70.850)	7.182	(70.851)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(158)	110	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		6.988	10.846	6.988	10.789
		(49.467)	(115.448)	(51.949)	(116.839)
Resultado operacional antes das (despesas)/receitas financeiras, líquidas		67.040	(18.431)	67.478	(17.801)
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas					
Receitas financeiras	19	1.248	2.469	1.323	2.470
Despesas financeiras	19	(30.913)	(16.908)	(31.334)	(17.300)
		(29.665)	(14.439)	(30.011)	(14.830)
Lucro líquido/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		37.375	(32.870)	37.467	(32.631)
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	20	(13.038)	3.781	(13.108)	3.567
Lucro líquido/(prejuízo) antes da participação dos não controladores		24.337	(29.089)	24.359	(29.064)
(Prejuízo)/lucro líquido atribuível a:					
Acionistas controladores		24.337	(29.089)	24.337	(29.089)
Participação dos não controladores		-	-	22	25
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		24.337	(29.089)	24.359	(29.064)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	24.337	(29.089)	24.359	(29.064)
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>24.337</u>	<u>(29.089)</u>	<u>24.359</u>	<u>(29.064)</u>
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Acionistas da Companhia	24.337	(29.089)	24.337	(29.089)
Não controladores	-	-	22	25
	<u>24.337</u>	<u>(29.089)</u>	<u>24.359</u>	<u>(29.064)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores							Total patrimônio líquido
	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexa	atribuível aos acionistas controladores	Participação dos não controladores	
	Capital social	Reserva legal	Reservas de Investimento	Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	66.374	906	6.484	-	11.370	85.134	984	86.118
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(29.089)	-	(29.089)	25	(29.064)
Destinação do lucro do exercício								
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(3.242)	-	(3.242)	-	(3.242)
Distribuição de lucros na forma do artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)
Realização de reserva, absorção de prejuízos	-	(906)	(6.484)	7.390	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	66.374	-	-	(24.941)	11.370	52.803	985	53.788
Prejuízo do exercício	-	-	-	24.337	-	24.337	22	24.359
Destinação do lucro do exercício								
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.785)	-	(2.785)	(23)	(2.808)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	66.374	-	-	(3.389)	11.370	74.355	984	75.339

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	24.337	(29.089)	24.359	(29.064)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	11.590	15.186	11.684	15.279
Resultado de equivalência patrimonial	(158)	(110)	-	-
Provisão para contingências	(3.709)	446	(3.709)	446
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	1.059	1.006	1.059	1.006
Valor residual do ativo permanente baixado	17.951	20.027	17.951	20.027
	<u>51.070</u>	<u>7.466</u>	<u>51.344</u>	<u>7.694</u>
(Redução)/aumento líquido nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(12.775)	(27.168)	(12.652)	(27.318)
Aplicação financeira - longo prazo	(2.610)	2.141	(2.610)	2.141
Estoques	(1.546)	3.136	(1.528)	3.099
Impostos a recuperar	(18.521)	(3.405)	(18.518)	(3.408)
Outros ativos	(11.041)	(3.752)	(10.877)	(3.571)
	<u>(46.493)</u>	<u>(29.048)</u>	<u>(46.185)</u>	<u>(29.057)</u>
Aumento líquido/(redução) nos passivos:				
Fornecedores	34.852	10.170	33.867	10.217
Salários e encargos sociais	(406)	9.220	(412)	9.208
Obrigações fiscais	(6.777)	29.774	(6.954)	29.870
Passivo fiscal diferido	5.925	185	5.925	185
Outras contas a pagar	3.439	2.738	3.453	2.737
	<u>37.033</u>	<u>52.087</u>	<u>35.879</u>	<u>52.217</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>41.610</u>	<u>30.505</u>	<u>41.038</u>	<u>30.854</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Variação de investimentos permanentes	328	204	-	-
Aquisição de imobilizados	(134.546)	(54.519)	(134.552)	(54.519)
Aquisição de intangíveis	-	(39)	-	(39)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(134.218)</u>	<u>(54.354)</u>	<u>(134.552)</u>	<u>(54.558)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos, líquidos das transações	100.879	32.259	100.948	32.117
Partes relacionadas	1.566	(2.066)	1.546	(2.046)
Distribuição de lucros e Juros sobre capital próprio	(2.785)	(3.242)	(2.808)	(3.266)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamentos	<u>99.660</u>	<u>26.951</u>	<u>99.686</u>	<u>26.805</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.052</u>	<u>3.102</u>	<u>6.172</u>	<u>3.101</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	5.616	2.514	7.031	3.930
Caixa e equivalentes no final do exercício	12.668	5.616	13.203	7.031
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.052</u>	<u>3.102</u>	<u>6.172</u>	<u>3.101</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

## Demonstrações do valor adicionado Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
1- Receitas				
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	724.025	622.861	758.785	661.251
1.2 - Provisão para devedores duvidosos	(1.059)	(1.006)	(1.059)	(1.006)
1.2 - Outras receitas	717	835	(16.634)	(14.377)
	<u>723.683</u>	<u>622.690</u>	<u>741.092</u>	<u>645.868</u>
2- Insumos adquiridos de terceiros				
2.1 - Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	292.361	251.743	306.838	271.068
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	40.324	30.801	43.183	31.957
2.3 - Perda de valores ativos	17.947	19.691	17.947	19.941
2.4 - Outras	2.907	3.273	2.907	3.445
	<u>353.539</u>	<u>305.508</u>	<u>370.875</u>	<u>326.411</u>
3- Valor adicionado bruto (1-2)	<u>370.144</u>	<u>317.182</u>	<u>370.217</u>	<u>319.457</u>
4- Retenções				
4.1 - Depreciação, amortização, exaustão	13.208	13.943	13.208	14.046
	<u>13.208</u>	<u>13.943</u>	<u>13.208</u>	<u>14.046</u>
5- Valor adicionado líquido (3-4)	<u>356.936</u>	<u>303.239</u>	<u>357.009</u>	<u>305.411</u>
6- Valor adicionado recebido em transferência				
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(158)	110	-	-
6.2 - Receitas financeiras	1.248	2.469	1.323	2.470
	<u>1.090</u>	<u>2.579</u>	<u>1.323</u>	<u>2.470</u>
7- Valor adicionado total a distribuir (5+6)	<u>358.026</u>	<u>305.818</u>	<u>358.332</u>	<u>307.881</u>
8- Distribuição do valor adicionado				
8.1 - Pessoal e encargos	159.819	139.088	159.819	140.371
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	138.026	173.482	138.236	173.824
8.3 - Juros e aluguéis	35.844	22.337	35.933	22.750
8.4 - Juros s/ Capital Próprio e Dividendos	2.785	3.242	2.785	3.242
8.5 - Lucros retidos/prejuízo do exercício	21.552	(32.331)	21.559	(32.306)
	<u>358.026</u>	<u>305.818</u>	<u>358.332</u>	<u>307.881</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Expresso Nepomuceno atua há 59 anos no mercado oferecendo soluções de transporte e logística primando por um atendimento personalizado aos mais diversos clientes dos setores: rodoviário, sucroalcooleiro, florestal, bebidas, graneleiro, entre outros.

Atualmente figuramos entre as principais empresas de logística do Brasil, com atuação em 12 Estados e 32 Filiais localizadas estrategicamente próximas aos principais polos expedidores do país. Possuímos uma carteira de mais de 800 clientes ativos, uma equipe de mais de 3.470 colaboradores com uma estrutura operacional com mais de 2.737 veículos e equipamentos, desse total sendo 92 adquiridos nos meses de novembro e dezembro para uma nova operação de transporte que se iniciou em março de 2019.

Na busca constante pela excelência, procuramos sempre evoluir, atentos às mudanças que estão acontecendo no mercado, envolvidas pela era da transformação digital, tendo o propósito de estar um passo à frente. O nosso objetivo é aperfeiçoar e otimizar processos, adotar novas tecnologias e desenvolver pessoas.

### 1.1. Contexto operacional (controlada direta)

- Empes - Empreendimentos Imobiliários: a Empes é proprietária de um terreno em S.B.Campo - SP., e o mesmo é locado;
- Pilares do Brasil Indústria e Comércio Ltda.: a Pilares foi criada com o objetivo de promover o crescimento sócio econômico, visando a geração de emprego e renda para o município. Atualmente suas estruturas físicas encontram-se locadas”;
- Loginep - Logística, Serviços e Comércio de Petróleo Ltda.: A Loginep tem como principal objeto social a exploração do comércio de compra e venda de combustíveis e lubrificantes, peças e acessórios para veículos, prestação de serviços de borracharia, lavagens, lubrificação, a compra, venda e a intermediação na venda de veículos automotores. A participação foi adquirida em maio de 2015.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis das Controladoras são as mesmas aplicadas para as controladas.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram autorizadas pela Administração para emissão em 04 de abril de 2019.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standard - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### 2.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.20.

#### Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

### 2.2. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Razão social das sociedades ("Controladas")	Sede	% de participação	
		2018	2017
EMPES - Empreendimentos Imobiliários	Brasil	99,00%	99,00%
Pilares do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	35,29%	35,29%
LOGINEP - Logística, Serviços e Comércio de Petróleo Ltda.	Brasil	94,40%	94,40%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo a primeira a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são condizentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos entre a Controladora e as controladas, tais como receitas, despesas, ganhos e perdas não realizadas, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

### 2.3. Moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demais empresas consolidadas.

### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. O caixa e os equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e os títulos financeiros de alta liquidez, com vencimento em 90 dias ou menos e com risco irrelevante de variação de valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. São utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

### 2.5. Aplicações financeiras

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor de mercado.

## 2.6. Contas a receber

Contas a receber são registradas pelo valor líquido estimado realizável e não incluem juros. A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A Administração considera suficiente o montante provisionado para a cobertura de perdas na realização das contas a receber.

## 2.7. Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

A considerar:

- (i) De contraprestação transferida;
- (ii) Do valor da participação de não controladores na adquirida;
- (iii) Do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminadas.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

#### Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

## 2.8. Ativos financeiros

### (a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").



Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

#### (b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

(c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

(d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

## 2.9. Passivos financeiros

### a. Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b. Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## 2.10. Estoques

Os itens de almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perdas em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a Empresa precisa renovar constantemente sua frota após um determinado período de uso. Os veículos, máquinas e os equipamentos disponibilizados para venda são reclassificados da rubrica imobilizado para “bens disponibilizados para venda”.

Uma vez classificados como bens disponibilizados para venda, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado.

## 2.11. Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos incorridos durante a construção. As depreciações são computadas no resultado do exercício pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

Os veículos são depreciados linearmente de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização desses ativos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o veículo foi comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda.

A depreciação de veículos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados pela Administração anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que sua expectativa de benefício econômico futuro.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de resultado do exercício em que o ativo for baixado.

## 2.12. Ativo Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulados.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulados.

#### 2.13. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificados indicadores de "impairment" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### 2.14. Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

- (a) Receita de prestação de serviços: a receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas;
- (b) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços: a receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega;
- (c) Receita de juros: para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado;

- (e) Receita de aluguel: a receita de aluguel é reconhecida como arrendamento operacional, de forma linear, pelo prazo do contrato.

## 2.15. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as empresas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

#### 2.16. Provisões (passivos contingentes)

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

#### 2.17. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### 2.18. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### 2.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

## 2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

### (e) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

### (f) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação;
- Impostos: existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.



A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência administrativa e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras;

- Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros;
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: a Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 2.21. Lucro por ação

O lucro por ação está apresentado com base na média ponderada no número de ações existentes na data do balanço, em conformidade com as disposições requeridas pela Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/08. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações.

## 2.22. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar os valores criados pela Companhia (e controladas) e sua distribuição durante o exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

## 2.23. Modificações e atualização de novas normas contábeis

Em 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ("IFRS 15") e CPC 48 - Instrumentos Financeiros ("IFRS 9") entraram em vigor, respectivamente.

Uma série de outras modificações e atualização de normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

A seguir, principais normas e efeitos avaliados pela Administração da Companhia:

- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)

A principal mudança resultante da adoção do IFRS 15 (CPC 47) decorre dos princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A nova norma substituiu o IAS 11 - Contratos de Construção e o IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações.

As alterações estabeleceram os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

O CPC 48 substitui as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O referido pronunciamento contábil inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes

Foram aprovadas e emitidas as seguintes norma e interpretações pelo IASB, que ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pela Companhia.

- IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2))

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de valores irrelevantes dos ativos envolvidos na operação.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

- IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a empresa tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionadas pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a empresa deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos da Rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por Fundo de Caixa e valores disponíveis em contas correntes bancárias no País.

As aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, possuem liquidez imediata e os valores de mercado não diferem dos valores apresentados nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Disponibilidades imediatas</u>				
Caixa consolidado (Matriz e filiais)	295	376	516	1.690
Bancos conta movimento	12.373	5.240	12.687	5.274
	<u>12.668</u>	<u>5.616</u>	<u>13.203</u>	<u>6.964</u>
<u>Aplicação financeira - Títulos financeiros com vencimento em 90 dias ou menos</u>				
Banco Bradesco	-	-	-	67
Caixa e equivalentes de caixa	<u>12.668</u>	<u>5.616</u>	<u>13.203</u>	<u>7.031</u>
<u>Aplicação financeira - Títulos financeiros com vencimento superior a 90 dias ou menos</u>				
Banco Santander	464	-	464	-
Banco Safra	30	-	30	-
Unicred Integração de Minas	2.116	-	2.116	-
Aplicações financeiras de longo prazo	<u>2.610</u>	<u>-</u>	<u>2.610</u>	<u>-</u>
 Total	 <u>15.278</u>	 <u>5.616</u>	 <u>15.813</u>	 <u>7.031</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 4. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é oriundo de operações de prestação de serviços de transportes, vendas de veículos e outros recebíveis conforme contexto operacional de suas controladas, e, estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Conta a receber (a)	93.666	67.281	96.126	69.865
Receitas a faturar (b)	24.572	37.079	24.573	37.079
Outros valores a Receber	-	344	-	344
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.229)	(3.170)	(4.229)	(3.170)
<b>Total</b>	<b>114.009</b>	<b>101.534</b>	<b>116.470</b>	<b>104.118</b>

- (a) As contas a receber são registradas ao seu valor presente na contabilização inicial da transação, de acordo com a taxa média utilizada pela Companhia na formação dos preços dos respectivos contratos. Os encargos financeiros são reconhecidos como receita financeira quando aplicáveis;
- (b) Os clientes a faturar referem-se aos conhecimentos de transportes e notas fiscais emitidas e reconhecidas como receita do exercício de acordo com a competência e efetiva prestação de serviços, com base nas medições de serviços prestados que são efetuadas de um período a outro.

## Classificação por vencimentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vencidos há mais de 365 dias	4.066	3.546	4.066	3.546
Vencidos de 181 a 365 dias	3.050	844	3.050	844
Vencidos de 91 a 180 dias	3.698	2.184	3.698	2.184
Vencidos de 31 a 90 dias	5.178	4.334	5.178	4.334
Vencidos em até 30 dias	13.768	5.515	13.768	5.515
<b>Total vencidos</b>	<b>29.760</b>	<b>16.423</b>	<b>29.760</b>	<b>16.423</b>
A vencer em até 30 dias	48.106	34.751	50.566	37.335
A vencer de 31 a 90 dias	35.667	48.788	35.667	48.788
A vencer de 91 a 180 dias	1.474	1.444	1.474	1.444
A vencer de 181 a 365 dias	1.871	1.458	1.871	1.458
A vencer após 365 dias	1.360	1.840	1.361	1.840
<b>Total a vencer</b>	<b>88.478</b>	<b>88.281</b>	<b>90.939</b>	<b>90.865</b>
PECLD	(4.229)	(3.170)	(4.229)	(3.170)
<b>Total</b>	<b>114.009</b>	<b>101.534</b>	<b>116.470</b>	<b>104.118</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 5. Estoques

Os saldos da Rubrica “Estoques” estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Estoques operacionais</u>				
Peças e equipamentos	5.658	5.038	5.658	5.038
Pneus	1.960	1.754	1.960	1.754
Combustível	210	73	478	371
Óleos e lubrificantes	558	594	632	657
Outros	726	906	726	906
	<u>9.112</u>	<u>8.365</u>	<u>9.454</u>	<u>8.726</u>
Estoques de veículos disponíveis p/ venda:				
Veículos disponibilizados para venda (a)	<u>14.583</u>	<u>4.638</u>	<u>14.583</u>	<u>4.638</u>
	<u>14.583</u>	<u>4.638</u>	<u>14.583</u>	<u>4.638</u>
<b>Total</b>	<u><u>23.695</u></u>	<u><u>13.003</u></u>	<u><u>24.037</u></u>	<u><u>13.364</u></u>

- (a) Como resultado do processo de renovação de frota, a Companhia disponibiliza bens (veículos e máquinas e equipamentos) para venda. Nessa rubrica, conforme preceitua o CPC 31 (IFRS 5), estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da operação, estão disponíveis para venda imediata. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o custo residual, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, considerando tal circunstância, a sua venda, em prazo inferior a um ano, é altamente provável. Essa mudança de critério de classificação atende às modificações impostas pela adoção dos novos pronunciamentos contábeis, não modificando, contudo, a natureza da operação de venda dos bens, como ativos imobilizados, para efeitos fiscais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 6. Impostos a recuperar

Os saldos da Rubrica “Impostos a recuperar” estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostas a recuperar:				
ICMS a recuperar	485	369	486	369
IRRF s/ aplicações financeiras	12	-	12	-
ICMS sobre ativo imobilizado	21.765	8.869	21.765	8.869
Outros	3.200	743	3.201	748
	<u>25.462</u>	<u>9.981</u>	<u>25.464</u>	<u>9.986</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido:				
Imposto de renda diferido	11.129	8.895	11.129	8.895
Contribuição social diferida	4.007	3.201	4.007	3.201
	<u>15.136</u>	<u>12.096</u>	<u>15.136</u>	<u>12.096</u>
Total	<u>40.598</u>	<u>22.077</u>	<u>40.600</u>	<u>22.082</u>
Circulante	11.837	4.631	11.839	4.636
Não circulante	28.761	17.446	28.761	17.446
Total	<u>40.598</u>	<u>22.077</u>	<u>40.600</u>	<u>22.082</u>

## 7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais referem-se, basicamente, ao volume de depósitos recursais de processos em andamento, bloqueios judiciais de contas correntes bancárias da Companhia e garantias exigidas para continuidade dos processos. Os depósitos judiciais estão restritos a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Os saldos dos depósitos estão relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos judiciais (trabalhistas/cíveis/tributárias):				
Valores bloqueados	2.653	1.766	2.653	1.765
Depósitos recursais	6.164	6.596	6.164	6.596
Total	<u>8.817</u>	<u>8.362</u>	<u>8.817</u>	<u>8.361</u>

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

8. Investimentos

Os investimentos estão avaliados, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.7., a movimentação e as informações financeiras sobre as controladas são discriminadas a seguir:

(a) Mapa de investimentos

Controladora						
Investimentos	Patrimônio líquido	Participação %	Distribuições	Equivalência patrimonial	Investimentos permanentes 2018	Investimentos permanentes 2017
Empresas controladas:						
EMPES - Empreendimentos Imobiliários	11.674	99,00%	-	(165)	12.723	12.888
Pilares do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	541	35,29%	(12)	12	191	191
LOGINEP - Logística, Serviços e Comércio de Petróleo Ltda.	9.210	94,40%	-	(5)	8.695	8.700
Total de investimentos permanentes	<u>21.425</u>		<u>(12)</u>	<u>(158)</u>	<u>21.609</u>	<u>21.779</u>



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

(b) Investimentos em controladas

A participação de ativos, passivos, receitas e despesas nas empresas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas a seguir:

	2018			
	Expresso Nepomuceno S.A.	EMPES - Empreendimentos Imobiliários	Pilares do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	LOGINEP - Logística, Serviços e Comércio de Petróleo Ltda.
Ativo Circulante	173.463	16	71	10.084
Ativo Não Circulante	364.081	19.500	540	94
Passivo Circulante	171.436	760	1	967
Passivo Não Circulante	291.753	5.917	32	-
Patrimônio Líquido	74.355	12.839	578	9.211
Receitas	577.820	174	49	34.646
Custos	(461.313)	-	-	(33.402)
Despesas	(79.132)	(327)	(8)	(1.199)
Imposto de renda e contribuição social	(13.038)	(14)	(5)	(51)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do exercício	24.337	(167)	36	(6)

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2017			
	Expresso Nepomuceno S.A.	EMPES - Empreendimentos Imobiliários	Pilares do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	LOGINEP - Logística, Serviços e Comércio de Petróleo Ltda.
Ativo Circulante	128.138	4	49	10.179
Ativo Não Circulante	252.085	19.500	540	181
Passivo Circulante	119.158	581	27	1.144
Passivo Não Circulante	208.262	5.917	21	-
Patrimônio Líquido	52.803	13.006	541	9.216
Receitas	497.452	173	50	38.159
Custos	(400.435)	-	-	(36.361)
Despesas	(129.887)	(265)	(25)	(1.381)
Imposto de renda e contribuição social	3.781	(14)	(3)	(197)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do exercício	(29.089)	(106)	22	220

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 9. Imobilizado

	Controladora						Total
	Equipamentos de Comunicação	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	
Custo ou avaliação							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	730	31.636	218	673	133.738	3.822	170.817
Aquisição	1.429	4.333	536	93	48.068	60	54.519
Depreciação	(172)	(2.919)	(128)	(117)	(11.561)	(283)	(15.180)
Baixa	(8)	(3.652)	(18)	-	(15.407)	(941)	(20.026)
Transferências	(2)	(70)	-	-	11.007	-	10.935
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.977	29.328	608	649	165.845	2.658	201.065
Custo total	2.310	51.098	884	1.509	256.738	2.759	315.298
Depreciação acumulada	(333)	(21.770)	(276)	(860)	(90.893)	(101)	(114.233)
Valor contábil	1.977	29.328	608	649	165.845	2.658	201.065
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.977	29.328	608	649	165.845	2.658	201.065
Aquisição	917	2.938	476	127	123.962	218	128.638
Depreciação	(266)	(2.891)	(209)	(121)	(8.033)	(60)	(11.580)
Baixa	(2)	(421)	(2)	(6)	(17.520)	-	(17.951)
Ajustes	-	-	-	-	5.908	-	5.908
Transferências	-	247	-	-	(9.393)	-	(9.146)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.626	29.201	873	649	260.769	2.816	296.934
Custo total	3.224	53.661	1.358	1.615	331.176	2.977	394.011
Depreciação acumulada	(598)	(24.460)	(485)	(966)	(70.407)	(161)	(97.077)
Valor contábil	2.626	29.201	873	649	260.769	2.816	296.934

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado							Total
	Terrenos e edificações	Equipamentos de Comunicação	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2016	20.040	730	31.649	222	674	133.993	3.823	191.131
Aquisição	-	1.429	4.333	536	93	48.068	60	54.519
Depreciação	-	(172)	(2.920)	(128)	(118)	(11.651)	(284)	(15.273)
Baixa	-	(8)	(3.652)	(18)	-	(15.407)	(941)	(20.026)
Transferências - Mantidos para venda	-	(2)	(70)	-	-	11.007	-	10.935
Saldos em 31 de dezembro de 2017	20.040	1.977	29.340	612	649	166.010	2.658	221.286
Custo total	20.040	2.310	51.174	926	1.573	257.201	2.759	335.983
Depreciação acumulada	-	(333)	(21.834)	(314)	(924)	(91.191)	(101)	(114.697)
Valor contábil	20.040	1.977	29.340	612	649	166.010	2.658	221.286
Saldos em 31 de dezembro de 2017								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	20.040	1.977	29.340	612	649	166.010	2.658	221.286
Aquisição	-	917	2.942	478	127	123.962	218	128.644
Depreciação	-	(266)	(2.894)	(210)	(121)	(8.123)	(60)	(11.674)
Baixa	-	(2)	(421)	(2)	(6)	(17.520)	-	(17.951)
Ajustes	-	-	-	-	-	5.908	-	5.908
Transferências	-	-	247	-	-	(9.392)	-	(9.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.040	2.626	29.214	878	649	260.845	2.816	317.068
Custo total	20.040	3.224	53.741	1.402	1.615	331.592	2.977	414.591
Depreciação acumulada	-	(598)	(24.527)	(524)	(966)	(70.747)	(161)	(97.523)
Valor contábil	20.040	2.626	29.214	878	649	260.845	2.816	317.068

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 10. Empréstimos e financiamentos

2018						
Instituição financeira	Modalidade	Vencimento Ult. Parc.	Taxa a.a.	Circulante	Não circulante	Total
Brasil	Finame	jan-19	4,00%	112	-	112
Bradesco	Finame	nov-23	12,60%	6.693	12.620	19.313
Santander	Finame	dez-18	11,90%	1.570	-	1.570
Safra	Finame	dez-19	6,00%	585	-	585
Volkswagen	Finame	out-23	10,60%	5.515	7.808	13.324
Volvo	Finame	mar-22	9,02%	3.718	2.985	6.703
BDMG	Finame	out-25	10,50%	585	673	1.258
Randon	Finame	out-19	6,00%	551	-	551
Mercedes Benz	Finame	out-23	11,10%	6.729	13.849	20.578
CNH Industrial	Finame	dez-20	10,00%	188	192	380
Banco SG Equipm	Finame	out-18	16,80%	202	-	202
Caterpillar	Finame	fev-22	12,00%	378	705	1.083
Rodobens	Finame	ago-21	11,50%	640	966	1.606
Komatsu	Finame	set-22	12,00%	182	469	651
Brasil	Leasing	ago-19	11,60%	154	-	154
Santander	Leasing	abr-23	11,90%	8.135	25.620	33.755
CNH Industrial	Leasing	dez-19	11,20%	222	-	222
Deutsche Sparkas	Leasing	ago-23	13,30%	601	1.812	2.413
SG Equipment	Leasing	dez-21	16,80%	482	937	1.419
Daycoval	Leasing	abr-22	14,70%	1.493	2.654	4.147
Bradesco	CDC	abr-21	15,30%	48	74	123
Volkswagen	CDC	set-23	17,90%	2.592	4.257	6.849
Volvo	CDC	dez-23	13,50%	1.544	13.956	15.500
Mercedes Benz	CDC	dez-23	11,30%	6.836	30.829	37.665
CNH Industrial	CDC	dez-20	15,80%	166	188	354
Komatsu	CDC	jan-22	14,00%	241	400	641
Scania	CDC	jul-23	12,20%	3.936	15.774	19.710
Bradesco	Consortio	dez-19	1,63%	243	-	243
Randon	Consortio	dez-25	1,85%	26	96	121
Banrisul	Consortio	out-20	1,78%	50	28	78
Mercabenco	Consortio	abr-26	1,91%	1.182	4.730	5.913
Brasil	Cap. Giro	dez-20	14,00%	6.169	6.000	12.169
Bradesco	Cap. Giro	out-20	7,80%	8.787	2.435	11.222
Mercedes Benz	Cap. Giro	jun-20	16,20%	1.136	403	1.539
CC de Livre Admi:	Cap. Giro	dez-27	16,40%	527	3.295	3.822
				<u>72.218</u>	<u>153.758</u>	<u>225.976</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

2017						
Instituição financeira	Modalidade	Vencimento Ult. Parc.	Taxa a.a.	Circulante	Não circulante	Total
BDMG	Finame	out-25	5,78%	586	1.242	1.828
Bradesco	Finame	set-22	12,05%	5.761	12.819	18.580
Brasil	Finame	jan-19	5,01%	1.111	56	1.167
Caterpillar	Finame	fev-22	12,00%	379	1.051	1.430
CNH Industrial	Finame	dez-20	10,00%	188	387	575
Fidis	Finame	dez-18	2,67%	15	-	15
Komatsu	Finame	set-22	12,10%	139	640	779
Mercedes Benz	Finame	mai-22	11,08%	5.906	17.078	22.984
Randon	Finame	out-19	6,11%	662	533	1.195
Rodobens	Finame	ago-21	11,71%	641	1.546	2.187
Safra	Finame	dez-19	8,11%	2.094	378	2.472
Santander	Finame	dez-18	5,60%	1.937	-	1.937
Volkswagen	Finame	out-22	11,04%	4.857	12.516	17.373
Volvo	Finame	mar-22	9,90%	5.524	6.115	11.639
Banrisul	Consortio	out-20	6,68%	59	79	138
Bradesco	Consortio	ago-19	3,24%	125	497	622
Bradesco	CDC	abr-21	10,54%	42	121	163
CNH Industrial	CDC	dez-20	15,75%	143	350	493
Volkswagen	CDC	ago-23	17,45%	2.097	6.296	8.393
Volvo	CDC	abr-18	17,88%	168	-	168
Brasil	Leasing	ago-19	12,10%	305	150	455
CNH Industrial	Leasing	dez-19	11,22%	223	200	423
Daycoval	Leasing	nov-20	17,54%	535	995	1.530
Deutsche Sparkas	Leasing	dez-21	3,80%	204	595	799
SG Equipment	Leasing	dez-21	16,76%	483	1.406	1.889
Toyota	Leasing	jan-18	13,60%	7	-	7
Bradesco	Cap. Giro	nov-18	2,90%	2.475	-	2.475
Brasil	Cap. Giro	dez-20	3,45% + CDI	3.090	12.000	15.090
Mercedes Benz	Cap. Giro	jun-20	16,51%	973	1.500	2.473
Santander	Cap. Giro	mai-18	4,07% + CDI	1.741	-	1.741
Unicred	Cap. Giro	dez-27	7,44% + CDI	568	3.509	4.077
				<u>43.038</u>	<u>82.059</u>	<u>125.097</u>

As contratações de empréstimos e financiamentos são realizadas em moeda nacional, livres dos efeitos da flutuação de moedas estrangeiras, bem como são praticadas taxas de mercado. A Companhia possui em seus contratos de empréstimos com cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

O cronograma de amortização, do saldo de longo prazo em 31 de dezembro de 2018, da Companhia está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

Vencimento das parcelas	Valor total (R\$)
2020	58.288
2021	40.800
2022	33.206
2023	13.368
2024	11
2025	60
2026	4.730
2027	3.295
	<u>153.758</u>

## 11. Fornecedores

Representam as obrigações com fornecedores nacionais decorrentes principalmente da aquisição de pneus, combustíveis e fretes para alocação ao processo de prestação dos serviços:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores diversos	49.073	25.047	48.548	25.507
Fornecedores frete	1.777	1.805	1.777	1.805
Fornecedores de combustível	666	912	666	912
Total	<u>51.516</u>	<u>27.764</u>	<u>50.991</u>	<u>28.224</u>

## 12. Salários e encargos sociais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários a pagar	5.283	7.029	5.320	7.066
INSS	1.852	1.839	1.878	1.863
FGTS	1.231	1.061	1.239	1.069
Provisão p/ férias	9.968	9.043	10.060	9.147
Provisão INSS - férias	875	795	901	821
Provisão FGTS - férias	796	722	803	729
Pensão alimentícia	49	40	49	41
Outros	186	117	193	119
Total	<u>20.240</u>	<u>20.646</u>	<u>20.443</u>	<u>20.855</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 13. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
COFINS	-	2.185	-	2.186
ICMS	1.134	1.178	1.137	1.181
PIS	-	624	-	624
PIS, COFINS e CSLL retido lei 10833	59	22	61	22
Contribuição social s/lucro	442	-	466	29
IRRF pf a pagar	459	758	459	762
IRRF pj a pagar	117	707	117	707
Imposto de renda - IRPJ	1.192	-	1.245	60
INSS - fretes e serviços	18	8	18	8
INSS desoneração	954	932	954	932
ISSQN a recolher (prestador)	4	35	4	35
ISSQN a recolher (tomador)	19	15	19	15
Parcelamentos tributários	66.935	71.646	66.935	71.808
<b>Total</b>	<b>71.333</b>	<b>78.110</b>	<b>71.415</b>	<b>78.369</b>
Passivo circulante	10.511	14.198	10.593	14.457
Passivo não circulante	60.822	63.912	60.822	63.912
	<b>71.333</b>	<b>78.110</b>	<b>71.415</b>	<b>78.369</b>

## 14. Provisões para contingências judiciais e administrativas

A Companhia no curso normal de seus negócios, apresentam o seguinte volume de processos cíveis, tributários e trabalhistas, tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas nos seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisões contingência judiciais:				
Trabalhistas	9.692	14.472	9.692	14.472
Tributárias	897	-	897	-
Cíveis	404	230	404	230
<b>Total</b>	<b>10.993</b>	<b>14.702</b>	<b>10.993</b>	<b>14.702</b>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes movimentações de passivos contingentes:

Descrição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.704
Movimentação líquida (Reversão de provisões)	(8.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.702
Movimentação líquida (Reversão de provisões)	(3.709)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.993

A Companhia e suas controladas têm processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária nas esferas judicial e administrativa com probabilidade de perda possível, que representam demandas passivas no montante líquido estimado de R\$ 10.993 mil em 31 de dezembro de 2018, (R\$ 32.735 mil em 2017).

## 15. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 66.374 mil, dividido em 22.731 mil ações ordinárias nominativas, com valor de R\$ 2,92.

### (b) Destinação dos resultados

As premissas para destinação dos resultados deverão obedecer a seguinte ordem, a saber:

- 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o Parágrafo 10 do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- Uma parcela destinada ao pagamento de dividendo obrigatório não inferior à 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

- No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de Administração, destinar o excesso a constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- A Companhia manterá reserva de lucros estatutária denominada Reserva de Investimento, que terá por finalidade revogar o capital social e de giro da Companhia e adquirir ações dos Acionistas quando aplicável, nos casos previstos por lei;
- O saldo das reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderão ultrapassar o valor do capital social. Uma vez atingido esse máximo, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição dividendos, conforme artigo 199 da Lei das Sociedades por ações.

#### 16. Receitas operacionais líquidas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida está assim demonstrada nas datas dos balanços:

	2018	2017	2018	2017
Receita bruta				
Receitas de transportes frota	423.579	332.623	424.200	317.945
Receitas de transportes terceiros	154.477	131.438	154.477	131.438
Receitas de serviços	130.263	132.878	130.423	132.926
Receitas de aluguéis	9.035	10.645	9.086	10.695
Outras receitas	-		16.589	37.533
	717.354	607.584	734.775	630.537
Deduções da receita				
ICMS sobre vendas	(40.992)	(33.836)	(40.992)	(33.836)
PIS sobre vendas	(12.100)	(9.996)	(12.100)	(9.996)
COFINS sobre vendas	(55.726)	(46.069)	(55.732)	(46.069)
ISSQN sobre vendas	(5.923)	(4.687)	(5.927)	(4.687)
Descontos, abatimentos e anulação	(13.836)	(6.619)	(13.850)	(6.619)
INSS sobre serviços de transportes	(10.957)	(8.925)	(10.957)	(8.925)
	(139.534)	(110.132)	(139.558)	(110.132)
Total	577.820	497.452	595.217	520.405

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 17. Custos operacionais e despesas administrativas e gerais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos operacionais				
Custo pessoal	(173.451)	(147.585)	(174.828)	(148.880)
Custos operacionais	(192.082)	(161.630)	(205.062)	(181.137)
Custo com serviços de terceiros PJ e PF	(3.672)	(4.728)	(3.698)	(4.755)
Custo com fretes	(84.089)	(69.365)	(84.089)	(69.365)
Custo com depreciação e amortização	(4.704)	(13.681)	(4.798)	(13.784)
Outros custos operacionais	(3.315)	(3.446)	(3.315)	(3.446)
	<u>(461.313)</u>	<u>(400.435)</u>	<u>(475.790)</u>	<u>(421.367)</u>
Despesas administrativas e comerciais				
Despesa pessoal	(25.991)	(23.749)	(25.990)	(23.749)
Despesas administrativas	(18.555)	(19.967)	(18.555)	(19.967)
Despesas com serviços de terceiros PJ e PF	(8.613)	(5.539)	(8.613)	(5.539)
Despesas com depreciação amortização	(340)	(262)	(340)	(262)
Outros despesas gerais	(6.540)	(4.352)	(9.180)	(5.461)
	<u>(60.039)</u>	<u>(53.869)</u>	<u>(62.678)</u>	<u>(54.978)</u>
Total	<u><u>(521.352)</u></u>	<u><u>(454.304)</u></u>	<u><u>(538.468)</u></u>	<u><u>(476.345)</u></u>

## 18. Despesas tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos operacionais				
Juros sobre os tributos	(3.440)	(1.685)	(3.441)	(1.799)
Parcelamentos - PERT	7.182	(70.850)	7.182	(70.851)
Total	<u><u>3.742</u></u>	<u><u>(72.535)</u></u>	<u><u>3.741</u></u>	<u><u>(72.650)</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 19. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras decorrentes de:				
Juros ativos	227	1.069	227	1.069
Descontos obtidos	412	840	412	841
Rendimentos de aplicações financeiras	169	265	170	265
Outras receitas financeiras	440	295	514	295
	<u>1.248</u>	<u>2.469</u>	<u>1.323</u>	<u>2.470</u>
Despesas financeiras decorrentes de:				
Juros de financiamentos	(22.798)	(13.477)	(22.806)	(13.477)
Descontos concedidos	(1.619)	(305)	(1.619)	(305)
Juros operacionais	(4.276)	(1.554)	(4.680)	(1.946)
Impostos sobre operação financeira	(1.421)	(537)	(1.430)	(537)
Outras despesas financeiras	(799)	(1.035)	(799)	(1.035)
	<u>(30.913)</u>	<u>(16.908)</u>	<u>(31.334)</u>	<u>(17.300)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(29.665)</u>	<u>(14.439)</u>	<u>(30.011)</u>	<u>(14.830)</u>

## 20. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

Os ativos e os passivos tributários diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. São calculados e classificados seguindo as projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia e de suas controladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os saldos ativos, passivos e de resultado estão assim apresentados na data dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social diferido (Ativo):				
Imposto de renda	11.129	8.895	11.129	8.895
Contribuição social	4.007	3.201	4.007	3.201
	<u>15.136</u>	<u>12.096</u>	<u>15.136</u>	<u>12.096</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido (Passivo):				
Imposto de renda	32.333	27.968	36.684	32.319
Contribuição social	11.629	10.069	13.195	11.635
	<u>43.962</u>	<u>38.037</u>	<u>49.879</u>	<u>43.954</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido (Resultado):				
Imposto de renda	(1.492)	1.768	(1.492)	1.768
Contribuição social	(4.056)	4.920	(4.055)	4.921
	<u>(5.548)</u>	<u>6.688</u>	<u>(5.547)</u>	<u>6.689</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente (Resultado):				
Imposto de renda	(5.516)	(2.137)	(5.558)	(2.287)
Contribuição social	(1.974)	(770)	(2.003)	(835)
	<u>(7.490)</u>	<u>(2.907)</u>	<u>(7.561)</u>	<u>(3.122)</u>
	<u>(13.038)</u>	<u>3.781</u>	<u>(13.108)</u>	<u>3.567</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 21. Demonstração do EBITDA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida				
Receita de serviços e transportes	577.820	497.452	595.217	520.405
	577.820	497.452	595.217	520.405
Custos operacionais				
Custo de prestação de serviços	(448.106)	(386.492)	(462.582)	(407.321)
	(448.106)	(386.492)	(462.582)	(407.321)
Lucro bruto vinculado a margem de contribuição	129.714	110.960	132.635	113.084
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas e gerais	(60.039)	(53.870)	(62.678)	(54.979)
Despesas tributárias	(3.439)	(1.685)	(3.441)	(1.799)
Despesas tributárias PERT	7.182	(70.851)	7.182	(70.851)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.988	10.846	6.988	10.789
	(49.308)	(115.560)	(51.949)	(116.840)
EBTIDA Operacional - R\$	80.406	(4.600)	80.686	(3.756)
*EBITIDA A (adicionado)	98.353	85.942	98.353	85.942
% EBITIDA A Operacional - Margem	17%	17%	17%	17%
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(29.665)	(14.438)	(30.011)	(14.830)
Depreciações e amortizações	(13.208)	(13.943)	(13.208)	(14.046)
Resultado de equivalência patrimonial	(158)	110	-	-
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	37.375	(32.871)	37.467	(32.632)
Provisão para Imposto de renda e contribuição social	(13.038)	3.781	(13.108)	3.567
Participação dos não controladores			(22)	(25)
Resultado líquido do exercício	24.337	(29.090)	24.337	(29.090)

(\*) EBITDA-A (Adicionado) Corresponde a EBITDA acrescido do custo contábil residual da venda de ativos imobilizados, o qual não representa desembolso operacional de caixa, uma vez que se trata de mera representação contábil da baixa dos ativos no momento de sua alienação. No exercício de 2018 foi adicionado a rubrica "Despesas tributárias PERT". Dessa forma, a Administração da Companhia acredita que o EBITDA-A é a medida prática mais adequada do que o EBITDA tradicional como aproximação da geração de caixa, de modo a aferir a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações financeiras.

## 22. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e a Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

### 22.1. Instrumentos financeiros não derivativos

Ativos financeiros	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado menos provisão para redução ao valor recuperável:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.668	5.616	13.203	7.031
Aplicações financeiras	3	2.610	-	2.610	-
Contas a receber de clientes	4	114.009	101.534	116.470	104.118
Total		<u>129.287</u>	<u>107.150</u>	<u>132.283</u>	<u>111.149</u>
Passivos financeiros					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado:					
Empréstimos e financiamentos	10	225.976	125.097	226.047	125.099
Fornecedores	11	62.616	27.764	62.091	28.224
Partes Relacionadas	-	11.118	9.552	11.118	9.572
Total		<u>299.710</u>	<u>162.413</u>	<u>299.256</u>	<u>162.895</u>

### 22.2. Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

#### Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

As contas a receber são bastante pulverizadas e correspondem a um grande número de clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito com os procedimentos de controle.

A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes é realizada por meio da análise individual dos títulos em atraso, considerando como base inicial o critério fiscal. Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os títulos pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os títulos com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e destes, somente os títulos que atendem aos quesitos fiscais para aproveitamento destas despesas são deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisões julgadas suficientes pela Administração da Companhia para fazer frente a eventuais perdas na realização, no montante de R\$ 4.229 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.170 em 2017).

#### Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco. Para isso, trabalha com um prazo médio de recebimento inferior ao prazo médio de pagamento.

#### Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

#### Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação Sociedade, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.



A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

### 23. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### 24. Eventos subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.



PRESIDENTE de Honra  
Agnaldo de Souza



PRESIDENTE  
Agnaldo de Souza Filho

#### DIRETORES



Tania Mara de Souza Castro  
Diretora Administrativa



Ricardo Braghiroli  
Diretor Financeiro



Agnaldo de Souza Filho  
Diretor Comercial



Agnésio Carvalho de Souza Neto  
Diretor Operacional

#### CONTADOR RESPONSÁVEL



Daniel de Lima Bragion  
Contador CRCMG - 090947/O  
Controller